



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 17/94

2ª. REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 1994

06 de Outubro de 1994

Os trabalhos foram declarados abertos às 21.30 horas.

Mesa: Mário Ventura Henriques.

Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Joaquim Marques.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Srs. Catolino Pinto, Isabel Ferreira, Jaime Garcia, Joel Monteiro, Dª. Maria Teresa Costa Macedo, Orlando Gonçalves, Pedro Cordeiro, Rogério Pacheco e Rui Amendoeira, conforme consta da relação anexa.

I - ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação, nos termos da alínea d) do nº. 1 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da informação escrita do Sr. Presidente da C.M.A. acerca da Actividade Municipal;
- 2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do nº. 1 e a) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, e Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Aditamento ao Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada*";
- 3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do nº. 1 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, conjugado com a Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Processo 78-PB/93 - Helder Correia - Indústria de Construção Civil, Lda. - Avª. Gago Coutinho, nº. 35/37, Centro Comercial Babilónia - Construção de Edifício*";
- 4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Processo 591-PB/92 - Sales e Pedrosa,*

Ld^a. - Av^a. Conde Castro Guimarães - Freguesia da Venteira - Remodelação da Estação de Serviço da Shell";

5 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do n.º. 1 do Art.º. 39.º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, conjugado com a Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa à "Proposta para Aquisição de Máquinas e Viaturas por «Leasing»".

II - TOMADA DE POSSE

Face ao pedido de suspensão do mandato do Sr. Guilherme Marques Guimarães, foi dada posse ao Sr. Francisco do Rosário Mota, membro suplente da mesma lista (Documento em anexo a esta acta).

III - CORRESPONDÊNCIA

Foi lido o resumo constante da folha que se anexa com esse título. De seguida foi lida a relação das reuniões das Comissões que reuniram entre a Sessão anterior e esta (Documento em anexo a esta acta).

IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente da Assembleia informou que esta é a 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de Setembro, cujos trabalhos tiveram de ser interrompidos devido ao comportamento do público que não permitiu que se levasse a cabo a discussão da Ordem de Trabalhos. Foi um acontecimento que a Mesa considera lamentável e espera que não volte a repetir-se, dado que dá uma triste imagem de civismo e prejudicou o normal funcionamento dos trabalhos da Assembleia. Após estas informações disse que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Srs. Amílcar de Almeida para falar sobre o ponto 5 da Ordem de Trabalhos, dizendo que tem sido um munícipe sempre atento aos trabalhos da Assembleia; que não percebe por que razão este assunto vem à Assembleia, pois a Câmara é que tem de cumprir a legislação em relação ao seu Orçamento e a Assembleia tem é de fiscalizar se está ou não de acordo com a Lei; que em 11 anos em que integrou a A.M.A. nunca percebeu o funcionamento do Dec. Lei 390/82; que o Art.º. 10.º. do Dec. Lei 211/79, de 12 de Junho, diz que os contratos em encargos orçamentais em mais de um ano económico, ou em ano que não seja o da sua realização, não poderão ser celebrados sem prévia autorização, como refere a Portaria, referendada pelos Srs. Ministros das Finanças e do Plano e pelo da respectiva pasta, pelo



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que, hoje, vai aqui saber quem é o Ministro das Finanças, quem é o Ministro da Pasta, quem é que vai publicar uma Portaria e quem é que vai referendar, tudo isto aqui na Câmara; que tudo isto poderia ser um exercício teórico mas nunca teria nenhuma analogia em relação ao Órgão deliberativo e por fim que pensa que o Dec. Lei 211/79, no seu preâmbulo, nº. 3, é muito claro quando diz: excluem-se do âmbito do presente Diploma, por um lado os serviços da Administração Local, dado não ser esta a melhor oportunidade do Governo, mas que estava-se em 1979 e tudo isto foi revisto em 1982 com o Dec. Lei 390/82, pelo que está para saber como é que a Assembleia vai deliberar com dados num Diploma que nem sequer é aplicado à Administração Local. O Sr. Adriano Leiria para falar sobre o estacionamento da Amadora, dizendo que, pelo que ouviu, a Câmara está a pensar pôr parqueamentos no Centro da Cidade para dar maior acesso a outras pessoas que queiram tratar de assuntos, o que é muito vago; que a Câmara deveria era apresentar os estacionamento subterrâneos previstos, bem como os silos para a Amadora; que não é só o Comércio que está a ser afectado por este estacionamento, mas também os médicos, os advogados, as profissões liberais, os habitantes da Amadora, os visitantes, etc.; que o comércio em si e os profissionais liberais estão a perder clientes porque estes não têm onde estacionar os seus automóveis, pelo que deveriam ser bem analisados os projectos antes de serem executados e também que no Parque Central se deveria ter construído um parque de estacionamento com o jardim por cima, bem como junto à Academia Militar e Parque Delfim Guimarães e, por fim, sobre o parque Dr. Jeremias da Silva, perguntando por que razão ainda não se evitaram as inundações do mesmo. A Sr^a. D^a. Luisa Santos Lobo, na qualidade de Administradora do prédio nº. 29 da Av^a. Conde Castro Guimarães para falar sobre o ponto nº. 4 da Ordem de Trabalhos, dizendo que, em tempos, recebeu um Edital para se pronunciar e, eventualmente, levantar algumas objecções sobre o alargamento da zona de lavagem de automóveis; que enviou uma carta, que crê que foi recebida, pois foi enviada com aviso de recepção onde contestava e levantava algumas objecções a esse alargamento, pois no prédio há constantemente cheiros a gasolina; que as dores de cabeça, por causa do cheiro, são constantes; que, aquando da instalação das Bombas de Gasolina, a administração do prédio tentou que não fossem instaladas, o que não conseguiu na totalidade, mas evitar que se instalasse o posto de lavagem, bem como o alargamento do período de funcionamento para 24 horas por dia; que o cheiro é completamente insuportável e que no prédio existem crianças; que com o alargamento e o posto de lavagem não sabe como aquilo vai ficar; que não está interessada que lhes tirem os espaços verdes, que já

são poucos, e que cada vez existem é mais espaços de lixo; que têm vários problemas naquela zona; que já puseram as camionetas a estacionar, de noite e a qualquer hora na Urbanização "Quinta do Borel" e agora ainda estão a debater-se com o problema, principalmente o prédio de que é administradora, de cheiros a gasolina e ainda com o alargamento das Bombas de Gasolina; que espera que, se algum dia houver algum problema, isto é, que o prédio um dia vá pelos ares, não se atirem culpas para os Ministros que, neste caso, não são tidos, perdidos ou achados; que não dão a sua aprovação para o seu alargamento e, por fim, que no prédio funciona um Infantário no R/C tendo as crianças sido privadas de um espaço que foi ocupado pelo alargamento da Bomba de Gasolina. E, por fim, o Sr. Joaquim Ferreira para falar sobre o Centro Comercial Babilónia, dizendo que se congratula com a tomada de posição da Assembleia sobre o seu problema; que lhe foi tirada a porta de entrada para a sua casa tendo de entrar pelo Centro Comercial; que o projecto que foi aprovado foi ilegal; que o Sr. Helder Correia fez as obras à revelia da Câmara; que continua a dizer que está mal e que foi uma decisão prepotente e proteccionista mostrando assim o seu repúdio por tudo isto; que a Assembleia aprovou uma moção, por unanimidade, e nada serviu; por fim, que lamenta que a Assembleia não tenha sido ouvida. O Sr. Presidente da Câmara interveio para responder às questões colocadas, tais como, o ponto 5 da Ordem de Trabalhos dizendo que a proposta será analisada aquando da sua discussão na Ordem de Trabalhos; o estacionamento autorizado, dizendo que é uma situação muito complicada; que as medidas não são agradáveis para ninguém, mas que são indispensáveis; que estas são as primeiras medidas e que posteriormente se poderão construir parques subterrâneos, mas que só começariam quando comessem os de Lisboa, pois a empresa que os constrói tem os estaleiros perto; que existem estudos sobre essa matéria; que alguns se enquadram nas áreas referidas nomeadamente em frente à Academia Militar onde possivelmente será construído um parque subterrâneo; as obras no Centro da Amadora, dizendo que são da responsabilidade da C.P. e que a Câmara tenta, quanto possível, que as mesmas sejam mais rápidas; que vai haver mais passagens subterrâneas, sendo uma no Bairro Janeiro e outra junto ao Estádio do Estrela da Amadora; a Bomba de Gasolina, dizendo que a Câmara recebeu as reclamações dos moradores e que constam no processo; que as áreas estão de acordo com o Dec. Lei que rege essa matéria; que as distâncias foram fiscalizadas pela Direcção Geral de Combustíveis que deu o seu aval para a construção; que os cheiros da gasolina, na sua opinião, são mínimos; que vai ser construído um túnel de lavagem e não o alargamento da Bomba de



Handwritten signature: Ligeirinha
Handwritten signature: Ligeirinha
Handwritten initials: JM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Gasolina; por fim sobre o Centro Comercial Babilónia, dizendo que ninguém ficou sem acesso à rua e que de acordo com a Lei há um acesso à rua pelo que é perfeitamente legal o que está feito e por isso o processo foi aprovado.

V - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontram na Mesa uma moção, uma proposta e uma recomendação, já admitidas, e para admissão duas moções e uma proposta. De seguida leu a moção, sobre a Ponte 25 de Abril e pô-la a admissão, sendo admitida por unanimidade dos 28 membros presentes. Seguidamente leu a moção sobre o S.I.S. e após a sua leitura pô-la a admissão, sendo admitida por unanimidade dos 28 membros presentes. A seguir leu a proposta sobre a Segurança no Concelho e, após a sua leitura, pô-la a admissão, sendo admitida por unanimidade dos 29 membros presentes. Após estas admissões, o Sr. Presidente da Assembleia propôs que as duas moções sobre a Ponte 25 de Abril fossem discutidas em simultâneo, o que foi aceite. Seguidamente leu a moção sobre a Ponte 25 de Abril que transitou da Sessão anterior e, após a sua leitura, intervieram na discussão das moções a Sra. D^a. Maria Luisa Jubilado, que leu um documento (Documento em anexo a esta acta), e os Srs. Jorge de Lemos, Carlos Reis e Alves Nunes. Não havendo mais intervenções, foi a moção, apresentada pela bancada do PS, posta a votação, sendo aprovada por maioria com 21 votos a favor e 4 contra (Documento em anexo a esta acta). De seguida foi a moção, apresentada pela bancada da CDU, posta a votação, sendo aprovada por maioria com 22 votos a favor e 6 contra (Documento em anexo a esta acta). Foi feita uma declaração de voto pelo Sr. Jorge de Lemos em nome da bancada do PS. Após esta declaração de voto, o Sr. Presidente da Assembleia, leu a proposta sobre o Hospital, apresentada pela bancada da CDU, que já tinha sido admitida em Julho e, após a sua leitura, e não havendo intervenções na sua discussão, pô-la a votação, sendo aprovada por maioria com 22 votos a favor e 7 abstenções (Documento em anexo a esta acta). Após esta votação leu a recomendação, apresentada pela bancada do PSD na Sessão de 8 de Setembro e de seguida intervieram na sua discussão os Srs. Carlos Reis, João Vieira, António Filipe, Jorge de Lemos e Carlos Reis que solicitou que a sua intervenção constasse na acta e que se passa a transcrever: *"Em primeiro lugar disse que o grupo do PSD ao propôr esta recomendação não se quer substituir, nem está no seu espírito, a qualquer inquérito em curso, tanto interno como externo, em segundo disse que é no sentido de nada mais, nada menos do que acompanhar o processo em curso e em terceiro lugar o de estudar*

as deliberações que vieram proferidas nos órgãos da Comunicação Social ácerca deste processo e nas quais a Assembleia e a Câmara Municipal, enquanto Órgãos, tenham tomado conhecimento oficial apenas e tão só isto, e, também, que não querem mais do que apurar a verdade, associando-se aos esforços desenvolvidos e naturalmente, na medida do possível". Não havendo mais intervenções, foi a recomendação posta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 24 membros presentes (Documento em anexo a esta acta). Após esta votação foi lida a moção sobre o S.I.S., apresentada pela bancada da CDU, intervindo na sua discussão os Srs. Carlos Reis, António Filipe, Jorge de Lemos, D^a. Maria Luisa Jubilado e João Vieira, não havendo mais intervenções, foi posta a votação, sendo aprovada por maioria com 12 votos a favor, 4 contra e 12 abstenções (Documento em anexo a esta acta). Após esta votação, o Sr. Presidente da Assembleia informou que estão abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Srs. Alves Nunes, D^a. Maria João Ferreira, Vítor Andrade, D^a. Maria Luisa Jubilado, José Teodoro e Luis Francisco.

O Sr. Alves Nunes, na sua intervenção, disse que vai entregar na Mesa dois ofícios da Junta de Freguesia da Venteira, sendo um sobre "Os Alertas" e o outro sobre o Clube Recreativo do Bairro Janeiro que passou a ler (Documento em anexo a esta acta) e de seguida falou sobre a Piscina da Venteira, dizendo que visitou a Piscina acompanhado pelo Sr. Vereador do pelouro para ver o andamento dos trabalhos, verificando que está em fase de conclusão e que está agradável, bonita e funcional, mas que o preocupa outro aspecto que são os arranjos exteriores e que tanto quanto sabe, parece que se vai proceder à inauguração deste espaço sem os arranjos exteriores, o que acha grave, primeiro porque não há forma de lá chegar, não há iluminação nem há parque de estacionamento e em segundo lugar, que estes arranjos são caríssimos, que se não atingirem os próprios valores da Piscina, não devem andar longe, pelo que está muito preocupado com o facto da estrutura em si, ser concluída e os espaços exteriores levarem tanto tempo como o da construção da Piscina, o que pode conduzir à sua degradação; o desvio de trânsito, que se está a verificar, pelo Centro da Cidade, dizendo que a Junta de Freguesia da Venteira não foi informada de que as obras de acesso ao Hospital estão a originar desvios de trânsito pelo Centro da Cidade; que se apercebeu, como automobilista vulgar e que achou estranho o desusado movimento que se estava a verificar a partir de determinada altura e depois confirmou através de uma placa, muito mal colocada, que diz "desvio", o que quer dizer que na IC19 deve haver outras placas idênticas a dizer "desvio", particularmente aos carros pesados, o que vem complicar ainda mais o trânsito



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten initials in black ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

da cidade; que não sabe se a Câmara foi ou não ouvida, mas que a Junta de Freguesia não teve o mínimo de informação; por fim sobre a Comissão de Urbanismo, dizendo que tinha pedido, a esta, que quando se debruçasse sobre dossiers de projectos de alteração ou de licenciamento de obras, se convocasse o Presidente da Junta de Freguesia respectiva para ele também poder acompanhar esses processos e saber o que se está a tratar na área da sua Freguesia. Após esta intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa um requerimento a solicitar o prolongamento deste período que passou a ler e de seguida pô-lo a votação, sendo aprovado por unanimidade dos 25 membros presentes (Documento em anexo a esta acta). Após esta votação, a Sr^a. D^a. Maria João Ferreira interveio para falar sobre uma notícia dum jornal que referia a condenação desta Câmara, no Supremo Tribunal, ao pagamento de uma indemnização de um milhão e setecentos mil contos pela expropriação dos terrenos onde está instalado o Parque Central; que nessa notícia a família expropriada pedia uma indemnização de oitenta mil contos que não foi aceite pelo PCP na altura e que agora levaria a esta condenação, perguntando como é que a Câmara pensa pagar essa indemnização, uma vez que já não há mais recursos.

O Sr. Alves Nunes voltou a intervir para perguntar se a oradora anterior tinha referido o PCP, tendo-lhe sido dito que sim, pelo que disse que até ao momento na Câmara da Amadora, desde que a conhece, têm havido sempre três partidos políticos no executivo da Câmara e não só o PCP.

O Sr. Vitor Andrade, na sua intervenção, lamentou a ausência do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alfragide, pois que quando diz as coisas gosta de as dizer na presença dos visados, mas que ele, lamentavelmente, já habituou a Assembleia às suas ausências frequentes e não poderia adiar por mais tempo o que tem a dizer, sendo o do seguimento dos acontecimentos no Alto da Damaia, com o realojamento dos indivíduos de etnia cigana. Disse ainda que vai fazer uma declaração e não vai fazer juízos de valor, mas só apenas sobre a intervenção lamentável do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alfragide contando os factos tal como se passaram; que houve um comunicado da Junta de Freguesia e posteriormente circulou uma convocatória anónima para que, na passada 2^a. feira, as pessoas que estavam interessadas, dentro do espírito do comunicado da Junta de Freguesia, se reunissem na Escola Primária n.º 2, em Alfragide, pelas 20.00 horas; que também lá estave; que apareceu muita gente e que foi aberta a sessão, digamos sessão entre aspas e porque a convocatória era anónima, uma profesora ou a directora da Escola que passou de imediato a palavra a uma Sra. Jurista resi-

dente no Bairro e que esta pediu, por sua vez, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia historiasse todo o processo, o que foi feito apesar de ser com muitas omissões; que em determinada altura o Sr. Presidente da Junta de Freguesia lançou algumas achegas para a resolução do problema, pelo que é aqui que vai o seu protesto, pois começa por dizer que uma das soluções seria instalar os contentores no sítio onde tinham ardido as barracas, esquecendo-se de dizer áquelas pessoas que os únicos terrenos camarários eram aqueles onde a Câmara se propõe instalar os contentores e que outra solução seria instalar aqueles indivíduos no Zambujal onde há muitas casas devolutas, só que se esqueceu de dizer que o Zambujal pertence a Lisboa e como toda a gente sabe a política de Lisboa é enviar as pessoas para a periferia e portanto não está nada sensível à resolução deste problema; que julga não haver ninguém nesta sala que não saiba que o Zambujal está na Freguesia da Buraca, Concelho da Amadora; que o IGAP é dono e senhor daquelas habitações e que a Câmara não tem qualquer poder para instalar ali pessoas, mas que com esta achega conseguem-se duas coisas, sendo a primeira atirar o "labéu" de discriminação para a Câmara de Lisboa que corre com as pessoas para a sua periferia e em segundo o ilibar do IGAP, um Instituto Governamental, de toda a culpa que também tem neste processo, pelo que não sabe se há ignorância do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alfragide ou se há má fé, pelo que lhe dá o benefício da dúvida, mas que qualquer das hipóteses é muito pouco dignificante para uma pessoa que preside uma Autarquia no Concelho da Amadora.

A Sr^a. D^a. Maria Luisa Jubilado, na sua intervenção, falou sobre a Associação de Apoio à Vítima, dizendo que se tem vindo a inaugurar salas de apoio em Câmaras de várias Cidades, pelo que pergunta se se está a tratar deste assunto na Câmara da Amadora.

O Sr. José Teodoro, na sua intervenção, falou sobre a intervenção do Sr. Vitor Andrade, dizendo que é muito grave pôr-se em causa a idoneidade e responsabilidade de uma pessoa que tem faltado devido a estar gravemente doente e que presentemente está em recuperação e se vem aqui é com bastante sacrifício, pois ainda não está recuperado.

O Sr. Vitor Andrade voltou a intervir para lhe dizer que tem muita pena do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alfragide; que tem estado, com ele, em vários sítios e lhe tem perguntado pela sua saúde mas que ele não pode estar aqui sentado, mas pôde estar nessa reunião, onde falou, das 9.00 horas até cerca da meia-noite, de pé, o que é mais cansativo.



Legislação
Legislação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

J.

O Sr. Luis Francisco, na sua intervenção, falou sobre a aquisição de material pela Câmara, perguntando qual o critério que é utilizado, se procura no comércio local ou no comércio fora do Concelho. O Sr. Presidente da Câmara interveio para responder às questões colocadas, tais como, a condenação da Câmara pela expropriação do terreno do Parque Central em cerca de 1,7 milhões de contos, dizendo que desconhece, pois não recebeu qualquer notificação do Tribunal; a não aceitação de 80 mil contos por aquele terreno pelo PCP, dizendo que é falso, pois o PCP não tem que aceitar ou deixar de aceitar dinheiro de terrenos de expropriações, mas sim a Câmara e que ele saiba a Câmara em 1983 é que não aceitou e não o PCP que nem tinha a maioria na Câmara, sendo impensável uma situação destas, pois o PCP, nessa altura tinha 4 em 11 lugares no executivo, pelo que não poderia decidir nada sobre este assunto; as expropriações em geral, dizendo que estão entregues a um advogado, Dr. Cancelo de Abreu; que esta vem já do tempo de Oeiras e que o parecer do advogado é presente à Câmara para esta se pronunciar sobre ele; que a última informação que a Câmara tem é que os proprietários dos terrenos exigiam uma verba que ultrapassava um milhão de contos; a Associação de Apoio à Vítima, dizendo que esta ainda não solicitou nada à Câmara; por fim sobre os critérios de aquisição de bens pela Câmara, dizendo que é feita pelo preço mais baixo, através de concurso público, e que não é um critério da Câmara mas sim um critério imposto pela Lei.

VI - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da informação escrita do Sr. Presidente da C.M.A. acerca da Actividade Municipal;

O Sr. Presidente da Câmara disse que o Relatório da Actividade Municipal foi entregue a todos os membros da Assembleia e que aguarda as perguntas que lhe forem feitas. Não havendo intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia deu-o por encerrado.

2 - Apreciação para aprovação, nos termos das alíneas h) do n.º 1 e a) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, e Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "Aditamento ao Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada".

O Sr. Presidente da Assembleia informou que deu entrada uma proposta, para que se adite ao Regulamento o seguinte: "É facultado aos comerciantes estabelecidos nas zonas

abrangidas pelo presente Regulamento, um cartão, à razão de 1 por estabelecimento, de estacionamento autorizado gratuito", que passou a ler. Após esta leitura pôs a proposta a votação para admissão, sendo admitida por unanimidade dos 23 membros presentes. De seguida informou que estavam abertas as inscrições para discussão das propostas, intervindo os Srs. José Teodoro, Vitor Andrade, Eduardo Raimundo, Manuel Frade, Tremoço de Brito, D^a. Maria Luisa Jubilado, Brites Rosa, Francisco Mota e Presidente da Câmara e Vereador Armando Vara, por delegação do Sr. Presidente da Câmara, para darem as devidas explicitações. Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia pôs a proposta da Câmara a votação, sendo aprovada por maioria com 22 votos a favor, 1 contra e 3 abstenções (Documento em anexo a esta acta). Seguidamente pôs a proposta de aditamento a votação, sendo rejeitada por maioria com 23 votos contra, 3 a favor e 1 abstenção (Documento em anexo a esta acta). Foi feita uma declaração de voto em nome pessoal pelo Sr. Vitor de Andrade. Por proposta do Sr. Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.

3 - *Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do n.º 1 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, conjugado com a Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "Processo 78-PB/93 - Helder Correia - Indústria de Construção Civil, Lda. - Av.ª Gago Coutinho, n.º 35/37, Centro Comercial Babilónia - Construção de Edifício";*

O Sr. Presidente da Câmara fez a introdução formal da proposta, intervindo de seguida a Sra. D^a. Maria João Ferreira e os Srs. Miguel Gabriel, António Filipe, Jorge de Lemos, Francisco Mota, João Vieira, Tremoço de Brito e Presidente da Câmara para dizer que foi um lapso da Câmara ter enviado esta proposta à Assembleia e que deveria ser retirada. De seguida o Sr. Presidente da Assembleia propôs que esta proposta fosse retirada, o que foi aceite pela Assembleia.

4 - *Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "Processo 591-PB/92 - Sales e Pedrosa, Lda. - Avenida Conde Castro Guimarães - Freguesia da Venteira - Remodelação de Estação de Serviço da Shell".*

Tratando-se de uma deliberação que implica a "desafectação de um imóvel indisponível, e não sujeito a registo, por se encontrar no domínio público, transportá-lo para domínio privado disponível e este sujeito a registo com cedência de direito de superfície", o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tinha alguns esclarecimentos a acrescentar ao teor do documento. Perante a negativa, deu a palavra aos membros da Assembleia, tendo-se registado a intervenção dos requerentes de uma petição de reclamação sobre o edital de desafecção. Intervieram na discussão da proposta a Sr^a. D^a. Maria João Ferreira e os Senhores Alves Nunes e Francisco Mota. Finalmente, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para dar as explicitações solicitadas pelos intervenientes.

Não havendo outras intervenções, foi a proposta colocada à votação, sendo aprovada por maioria, com 23 votos a favor, 3 contra e 1 abstenção (Documento em anexo a esta acta). Por proposta do Sr. Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.

5 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea h) do n.º 1 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, conjugado com a Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa à "Proposta para Aquisição de Máquinas e Viaturas por «Leasing»".

O Sr. Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste ponto. Intervieram a Sr^a. D^a. Maria João Ferreira, João Vieira, Francisco Mota e Presidente da Câmara para dizer que este assunto não deveria vir à Assembleia, pelo que solicita a sua retirada, o que foi aceite pela Assembleia.

Finda a discussão da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada às 00.47 horas.